A História do Poder Legislativo do Brasil

Através do Tempo – 1826 – 2009

Prêmio do Mérito Legislador

Os 150 Melhores Projetos de Lei do Parlamento Nacional

Autor

Dr. Josué dos Santos Ferreira

PROGRESSO

Nota Especial do Dr. Ives Gandra da Silva Martins, Professor Emérito da Universidade Presbiteriana Mackenzie

PARLAMENTARISMO, O SISTEMA DE GOVERNO MAIS BEM SUCEDIDO DO MUNDO

Muito embora, na democracia ateniense, seus cidadãos utilizassem do Areópago como uma espécie de Parlamento e Tribunal, não se pode dizer que as funções legislativas começaram em Atenas, pois os cidadãos com o direito a voto representavam a minoria da população. Os trabalhadores em geral e os escravos não votavam.

O início do Parlamento surge, pois, com a rebelião dos Barões ingleses contra os desmandos de João Sem Terra em 2014, que resultou na Carta Magna Baronorum em 2015, com direitos outorgados aos ingleses e limitações ao autoritarismo do monarca.

A criação de órgão que seria mais tarde transformado na Câmara dos Lordes, assim como a formação de uma outra Casa de representantes do povo, semente da Câmara dos Comuns, a qual ganhou conformação e perfil definitivo no movimento que levou os Oranges ao trono em 1688 e a instituição do Parlamentarismo em 1689, constituem, a meu ver, o verdadeiro fundamento das Casas Legislativas.

Locke e Montesquieu avançaram em sua análise sobre o governo civil, inspirando a tripartição dos Poderes de Montesquieu, eis que a base do sistema idealizado permitiria que as funções definidas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, sem interferência na atuação um do outro possibilitariam autocontrolarem-se no exercício das atividades políticas do governo.

O Parlamentarismo inglês que introduziu a moderna democracia no país, em contraste com as monarquias absolutas da época alicerçaram uma nova forma de governo, ou seja, o presidencialismo americano, com a independência das 13 colônias em 1776 e a promulgação de sua Constituição em 1787 geradoras do novo sistema, com notável equilíbrio entre o poder executivo, legislativo e judiciário.

No tempo, as duas formas foram sendo adotadas por outros países, nas quedas das monarquias absolutas e com a independência de antigas colônias, principalmente na América.

A América preferiu adotar o sistema presidencial e o Brasil o parlamentar, durante o 2º Império, o qual durou mais que todos os sistemas presidenciais criados e derrubados por golpes de Estado. Aliás, o golpe de Estado passou a ser, em toda a América Latina, uma triste constante em todos os períodos históricos.

Hoje, temos nos países desenvolvidos, exceção feita aos Estados Unidos, o sistema parlamentar, prevalecendo, com estabilidade, mesmo nas grandes crises econômicas e nas guerras mundiais que assolaram o espaço europeu.

Lijphart, na sua análise das vinte democracias mais estáveis no mundo, 39 anos após a 2ª guerra mundial, encontrou dezenove com o sistema parlamentar e apenas os EUA com o sistema presidencialista (Democracies, 1984, Ed. Yale University).

Mesmo nos Estados Unidos, o Parlamento tem tal força que o Executivo é obrigado a dialogar permanentemente com os congressistas para governar. É quase um presidencialismo parlamentar. A impressão que tenho é que os Estados Unidos adotaram um "presidencialismo parlamentar", assim como a França e Portugal adotaram um "parlamentarismo presidencial", com o presidente da República tendo funções e competências próprias maiores que as de simples Chefes de Estado.

Para mim, o sistema parlamentar é superior ao presidencial, visto que é um sistema de "responsabilidade a prazo incerto", enquanto o de presidencialismo corresponde a um sistema de "irresponsabilidade a prazo certo". Nos sistemas parlamentares, os governos que vão mal, são afastados por votos de desconfiança, sem qualquer trauma. Nos sistemas presidenciais, apenas são afastados com o traumático processo do "impeachment".

É que a separação de poderes dos Chefes de Estado dos de Chefe de Governo facilita a governança, o que ocorre no parlamentarismo e não no presidencialismo.

É de se lembrar que o Chefe de Governo que sai do Parlamento precisa ter boa "performance", sem a qual pode ser afastado, nada sofrendo o país, pois nas nações parlamentaristas a burocracia é profissionalizada e não constituída de amigos do Rei. Em janeiro de 2015, a Presidente Dilma tinha 113.000 não concursados para as funções que exerciam, enquanto o Presidente Obama 4.000 e a Chanceler, eleita pelo Parlamento alemão, 600 (O Estado de São Paulo, 03/01/2016, p. 3).

É que o Legislativo representa a totalidade dos eleitores, enquanto o Executivo apenas a maioria e nem a maioria, se for eleito em 2° turno. A autonomia do Banco Central pode ser maior ou menor, nos sistemas parlamentares, mas é sempre maior que nos países presidencialistas, exceção feita aos Estados Unidos.

Há, ainda, nos sistemas parlamentares a possibilidade de o Chefe de Estado dissolver o Parlamento e convocar novas eleições, se demonstrar irresponsabilidade nas derrubadas de Primeiros Ministros, de tal forma que da mesma maneira que o mau presidente pode sofrer voto de desconfiança, o Parlamento também o poderá, neste caso com a consulta popular em novas eleições.

O voto distrital, podendo ser puro ou misto, e a fidelidade partidária para o mandato exercido completam os requisitos para que um Parlamento funcione dando estabilidade aos governos, mesmo nos períodos de crise, sem afetar as instituições democráticas.

Chega o momento do Brasil voltar ao sistema parlamentar, que foi o mais duradouro de nossa história, pois vigeu de 1847 a 1889 (42 anos), enquanto que a Primeira República Presidencial de 1889 a 1930 (41 anos), a Segunda República de 1945 a 1964 (19 anos), a Terceira República de 1985 a 2016 (31 anos), tiveram duração menor, com duas ditaduras no interregno (1930 a 1945 e 1964 a 1985).

Vale a pena refletir para o Brasil se não chegou o momento de dar-se um salto para a estabilidade, retornando-se ao sistema parlamentar que Ruy Barbosa admitia ser o melhor, arrependido de ter imposto, como constituinte, o presidencialismo. Disse, anos depois do primeiro governo republicano, que preferia conviver com as dificuldades do parlamentarismo do que com a irresponsabilidade do presidencialismo.

A verdadeira Casa do povo é o Legislativo, pois nela estão todas as forças políticas representativas das diversas ideologias reinantes, o que obriga a um diálogo constante para governar-se democraticamente um país. Tal convívio parlamentar é sempre maior e as soluções coligadas mais ponderadas do que aquelas definidas e determinadas por uma pessoa só.

Chegou o momento do país valorizar suas Casas Legislativas, modernizando-as com um sistema que, no passado, provou ser melhor que o presidencialismo.

DR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Professor Emérito da Universidade Presbiteriana Mackenzie